



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as suas declarações feitas ao programa Sem Censura da emissora de televisão TV Brasil, no sentido de que o acesso à educação superior deve ser assegurado somente a poucos brasileiros e de que a presença de crianças com deficiência em escolas comuns da educação básica “atrapalha” (entre aspas) e proporciona tão somente um embaraço à aprendizagem das crianças sem deficiência.

JUSTIFICAÇÃO

Em entrevista à emissora de televisão TV Brasil, na última segunda-feira, dia 9 de agosto, o Ministro de Estado da Educação, Senhor Milton Ribeiro, ao mesmo tempo em que reconheceu o protagonismo dos Institutos Federais, a quem chamou de "vedetes", na formação de profissionais com perfil importante para o mercado de trabalho e o desenvolvimento do País, relativizou a importância da participação das universidades nessa empreitada. Além disso, relegou a atuação das universidades a um papel de formação das elites do País, a defender, em consequência, sem qualquer base ou fundamentação, a restrição do acesso ao ensino superior para uns poucos brasileiros.

Não bastasse o atraso de pensamento revelado por esse tipo de discurso, que desprestigia todo o esforço de democratização do acesso à educação



superior que vem sendo feito no Brasil nos últimos anos, especialmente à guisa de reduzir desigualdades educacionais e sociais, o Ministro foi além, afirmando, de forma preconceituosa e desprovida de qualquer embasamento fático, que a inclusão de crianças com deficiência em classes regulares se presta tão somente a atrapalhar o desenvolvimento e o aprendizado das crianças sem deficiência.

Feito esse introito e sem nos estender na reprodução de outros impropérios e falas desarrazoadas dessa que é a maior autoridade educacional do País, que goza de um poder inigualável na difusão de valores que impactam a qualidade da formação humana de nossas futuras gerações, reputamos de bom alvitre e de inadiável oportunidade a prestação de esclarecimentos pelo Senhor Ministro diretamente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, de sorte a que possamos nos certificar quanto à sua boa fé e capacidade para o exercício de tão honrosa e relevante função para os destinos do País.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2021.

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)

Senador Paulo Paim
(PT - RS)